



# Concurso Público - 2012 - Nível Superior Assessor Jurídico

## Instruções

1	Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
2	Este Caderno contém <b>40</b> questões de múltipla escolha, assim distribuídas: 1 a 10 ► Língua Portuguesa, 11 a 40 ► Conhecimentos Específicos.
3	Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o imediatamente ao Fiscal.
4	Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
5	Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
6	Cada questão apresenta <b>apenas uma opção de resposta correta</b> .
7	Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
8	Você dispõe de, no máximo, <b>três horas</b> para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
9	O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
10	Antes de retirar-se definitivamente da sala, <b>devolva</b> ao Fiscal <b>este Caderno</b> e a <b>Folha de Respostas</b> .

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



**Apenas 6,2% dos municípios têm bons serviços de saúde**

De todos os 5.563 municípios brasileiros, apenas 347 oferecem um bom atendimento na área da saúde. Eles representam apenas 6,2% do total e atendem a 3,6 milhões de brasileiros. A maioria está em Estados das regiões Sul (200 municípios) e Sudeste (145). As regiões Norte e Nordeste possuem, cada uma, apenas uma cidade nas condições consideradas ideais pelo Ministério da Saúde (MS). Feito não alcançado por nenhum município da região Centro-Oeste.

O cenário nada animador foi traçado pelo próprio ministério a partir de um novo indicador de qualidade da saúde: o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde, o IDSUS. Promessa desde a posse do atual ministro Alexandre Padilha, o IDSUS pretende avaliar a atuação das redes públicas de saúde nos municípios brasileiros, em todos os níveis de assistência à população: atenção básica, ambulatorial e hospitalar especializada, e de urgência e emergência.

O índice é composto, basicamente, de duas grandes variáveis: o acesso aos serviços e a efetividade do atendimento. Ao todo, 24 indicadores já conhecidos (como taxa de mortalidade materna e quantidade de mamografias feitas a cada ano) foram usados no cálculo da nota dada a cada cidade, ao Estado e ao próprio País. Os conceitos variam em uma escala de 0 a 10, e a média brasileira de desempenho do SUS ficou em 5,47. Todas as notas do País podem ser conferidas no site do ministério.

“Digamos que cinco é uma nota razoável. O SUS deveria ter de 7 em diante na nossa opinião”, afirma Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira, diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. De acordo com as metodologias estatísticas aplicadas aos dados, garantir o acesso aos serviços ainda é o maior problema do Brasil.

Para Oliveira, o índice é “exigente”. Os cálculos são baseados na quantidade de pessoas que residem em cada município. Isso significa que as pessoas com plano de saúde, que não usariam o serviço público, são incluídas na totalidade da população a ser atendida em cada cidade. “O SUS é e tem de ser para todos”, diz.

A maioria dos municípios ficou em situação mediana, de acordo com a avaliação do ministério. Na faixa de notas entre 5 e 5,9, estão 2616 cidades (47% do total) responsáveis pelo atendimento de 88.673.765 brasileiros. Outros 1.450 municípios (26,1% do total) ficaram com notas entre 6 e 6,9. Eles atendem a uma população de 46.683.510 pessoas. Apenas seis cidades têm nota superior a 8. Quatro delas estão em São Paulo (Arco-Íris, Barueri, Rosana e Cássia dos Coqueiros). As outras duas – Pinhal e Paulo Bento – são do Rio Grande do Sul.

Durante todo o ano passado, técnicos do Ministério da Saúde, especialistas de universidades, representantes de associações, gestores e usuários do SUS discutiram critérios para medir situações tão diversas quanto o País. “Não podemos comparar Belo Horizonte com uma cidade do interior da Amazônia. Por isso, dividimos os municípios em grupos de características semelhantes para darmos visibilidade às diferenças do País”, pondera Oliveira.

Os técnicos do ministério contam que os indicadores foram escolhidos de acordo com a relevância, a confiabilidade, a viabilidade e a validade dos dados disponíveis. São 14 variáveis relacionadas à acessibilidade e 10, à efetividade. Oliveira reconhece que há fragilidade nas bases estatísticas de municípios e estados, mas vê na criação do índice um estímulo à melhoria da informação em todas as cidades brasileiras.

45 “O mais importante agora é colocar os dados em uma discussão mais ampla e melhorar a  
sua qualidade”, comenta Renato Assunção, professor do Departamento de Ciência da  
48 Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que participou da  
elaboração do índice.

O IDSUS foi calculado com as bases de dados referentes aos anos de 2007, 2008, 2009 e  
2010, dependendo do indicador. As estatísticas de 2011 ainda não estavam prontas. A  
51 proposta do ministério é divulgar um novo índice de cada cidade a cada três anos. Os  
gestores locais, no entanto, serão acompanhados pela pasta e receberão atualizações  
anuais das notas.

54 A proposta do Ministério da Saúde é utilizar os dados com o objetivo de definir estratégias  
para os serviços junto com os gestores municipais e estaduais, utilizando as notas do  
IDSUS. É com base nesses conceitos que os pactos e os contratos da pasta serão feitos a  
57 partir de agora. A estratégia é semelhante à do Ministério da Educação, que criou o Índice  
de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para avaliar a qualidade de ensino nas  
escolas e propôs metas a cada gestor.

60 O próximo passo será ouvir os usuários sobre o acesso aos serviços e sobre a qualidade  
do atendimento prestado pela rede pública de saúde. Oliveira garante que a meta é definir  
um programa de avaliação e monitoramento do SUS até o fim do ano. As primeiras a  
63 participar da pesquisa serão as gestantes. Foram enviadas 1,4 mil cartas às mulheres que  
deram à luz entre outubro e novembro de 2011.

Texto adaptado. Disponível em: <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20120301223229&cat=saude&keys=apenas-municipios-tem-bons-servicos-saude>

**01.** O propósito comunicativo do texto é

- A) relatar dados obtidos pelo IDSUS na área da saúde a partir da opinião dos usuários.
- B) defender a tese de que o SUS não apresenta bom atendimento na região sudeste.
- C) divulgar dados sobre o atendimento na área de saúde no Brasil.
- D) convencer os leitores de que o SUS é bem avaliado por todos os seus usuários.

**02.** De acordo com o texto, é correto afirmar que

- A) o sistema de avaliação de atendimento na área de saúde pública encontra-se em processo de aperfeiçoamento.
- B) o IDSUS tem relação de semelhança com o IDEB, que mede a qualidade do ensino básico e superior.
- C) o atendimento na área de saúde pública é avaliado permanentemente pelo IDSUS desde 2007.
- D) o resultado do processo de avaliação revela que o IDSUS mede, de forma semelhante, municípios agrupados aleatoriamente.

**03.** No trecho “[...] a partir de um novo indicador de qualidade da saúde: o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde, o IDSUS.” (linhas 7 e 8 ), há

- A) um subentendido marcado pelo termo “qualidade”.
- B) um pressuposto marcado pelo termo “indicador”.
- C) um subentendido marcado pelo termo “desempenho”.
- D) um pressuposto marcado pelo termo “novo”.

04. No trecho “**Feito** não alcançado por nenhum município da região Centro-Oeste.” (linhas 5 e 6 ), o termo em negrito apresenta sentido semelhante em:
- A) Um levantamento com o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde deve ser feito a cada três anos.
  - B) Vários municípios não conseguiram realizar o mesmo feito de São Paulo na área de saúde.
  - C) Feito o diagnóstico, o Ministério da Saúde constatou que a maioria dos municípios ficou em situação mediana.
  - D) Estando bem feito, um questionário pode ajudar a traçar um perfil detalhado do atendimento da rede pública de saúde.

05. Leia o trecho abaixo:

“Digamos que cinco é uma nota razoável. O SUS deveria ter de 7 em diante na nossa opinião”, afirma Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira [...]

Nesse trecho, as aspas são usadas para indicar

- A) a citação do discurso direto.
- B) a ênfase dada ao discurso indireto livre.
- C) a citação do discurso indireto.
- D) a paráfrase do discurso alheio.

06. Leia o período a seguir:

Foram enviadas 1,4 mil cartas **às mulheres** que deram à luz entre outubro e novembro de 2011.

Nesse período, a função sintática da expressão destacada é a mesma do termo sublinhado em:

- A) O IDSUS servirá para medir os níveis de assistência à população no Brasil.
- B) A criação do IDSUS foi visto como um estímulo à melhoria da informação.
- C) A garantia de acesso ao SUS é ainda o maior problema do país.
- D) O Ministério da Educação criou o IDEB e propôs notas a cada gestor.

07. No trecho “[...] Renato Assunção, professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que participou da elaboração do índice.” (linhas 46 a 48), é correto afirmar que as vírgulas

- A) marcam a intercalação de um adjunto adverbial.
- B) isolam uma oração adjetiva explicativa.
- C) separam um termo na função de aposto.
- D) marcam o deslocamento de um complemento nominal.

08. Em “A maioria está em Estados das regiões Sul (200 municípios) e Sudeste (145)” (linha 3), a expressão sublinhada tem a mesma função sintática da expressão destacada em:
- A) A área da saúde no Brasil está sendo avaliada **pela equipe do governo**.
  - B) A área da saúde no Brasil apresenta índices que desafiam **o governo**.
  - C) A avaliação do SUS, **que mede a sua confiabilidade**, é desoladora.
  - D) A avaliação do SUS estará disponível **no site do ministério da saúde**.
09. Na oração “Eles atendem a uma população de 46.683.510 pessoas.” (linha 30), a substituição do termo sublinhado por **vós** resultaria corretamente em:
- A) Vós atendeis a uma população de 46.683.510 pessoas.
  - B) Vós atenderíeis a uma população de 46.683.510 pessoas.
  - C) Vós atendes a uma população de 46.683.510 pessoas.
  - D) Vós atendéreis a uma população de 46.683.510 pessoas.
10. O termo “Eles” (linha 2) diz respeito a
- A) 6,2 % do total dos brasileiros.
  - B) 347 municípios.
  - C) 3,6 milhões de brasileiros.
  - D) 5.563 municípios.

11. Em relação ao mandado de segurança, é correto afirmar:
- A) Não se admite a interposição de embargos infringentes no processo de mandado de segurança.
  - B) Não cabe agravo contra decisão do relator que concede ou indefere medida liminar nos casos de competência originária dos tribunais.
  - C) Admite-se a impetração de mandado de segurança contra decisão judicial teratológica transitada em julgado.
  - D) Acolhendo-se a ilegitimidade da autoridade coatora, o impetrante será intimado para emendar a petição inicial e promover a citação do agente responsável pelo ato coator.
12. Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) para a reclamação constitucional, pode-se afirmar:
- A) Não é admissível a propositura de reclamação constitucional em face de ato administrativo que contrarie súmula vinculante.
  - B) Não é admissível o uso da reclamação constitucional como instrumento destinado a questionar a aplicação do sistema de repercussão geral pelo tribunal de origem.
  - C) Admite-se o uso da reclamação constitucional como sucedâneo de recurso extraordinário por força do princípio da subsidiariedade.
  - D) Admite-se o uso da reclamação constitucional para reformar toda decisão de primeiro grau contrária à orientação firmada pelo STF em julgamentos afetos ao regime da repercussão geral.
13. Quanto à ação rescisória, é correto afirmar:
- A) Não cabe ação rescisória do provimento jurisdicional que acolhe a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação.
  - B) Não cabe ação rescisória contra acórdão que não conheceu de apelação em razão de esta ser claramente intempestiva.
  - C) Cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei quando a decisão rescindenda for baseada em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.
  - D) Cabe ação rescisória em face de decisão interlocutória que foi deferida por corrupção do juiz.
14. A opção que reflete o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça para o recurso especial é:
- A) Admite-se esse recurso quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.
  - B) Não cabe esse recurso contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento.
  - C) Não se admite esse recurso quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem.
  - D) Admite-se esse recurso para uniformizar julgados divergentes de um mesmo tribunal.

15. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional (CTN) sobre a interpretação da legislação tributária, é correto afirmar:
- A) A lei expressamente interpretativa não pode ser aplicada a ato ou fato pretérito.
  - B) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre prescrição e decadência.
  - C) Em caso de dúvida quanto às circunstâncias materiais do fato, interpreta-se a lei tributária que define infrações da maneira mais favorável ao acusado.
  - D) A definição do alcance dos decretos do Poder Executivo obedece a regras próprias de interpretação, que fogem ao que estabelece o CTN para atos normativos.
16. Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN) sobre o parcelamento do crédito tributário, é correto afirmar:
- A) É forma de extinção do crédito tributário.
  - B) Será concedido na forma e condição estabelecidas em decreto do Poder Executivo.
  - C) Exclui a incidência de juros e multa, salvo disposição de lei em contrário.
  - D) Aplicam-se-lhe, subsidiariamente, as disposições do CTN relativas à moratória.
17. Sobre prescrição e decadência nos moldes do Código Civil, pode-se afirmar que
- A) o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado decai em três anos, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
  - B) a pretensão de cobrar dívida líquida que consta de instrumento particular está sujeita a um prazo prescricional de dez anos.
  - C) a pretensão de propor ação declaratória de nulidade de ato jurídico prescreve em dois anos, se inexistir outro prazo previsto em lei para esse pleito.
  - D) o prazo decadencial para pleitear-se a anulação do negócio jurídico é de cinco anos, contado, no caso de coação, do dia em que esta cessar.
18. No contrato de mandato previsto no Código Civil, o mandatário
- A) não tem direito de retenção sobre a coisa de que tenha a posse em virtude do mandato até que seja reembolsado pelo que despendeu no desempenho do encargo.
  - B) poderá compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado a seu constituinte.
  - C) não será responsabilizado por perdas e danos se a procuração for omissa quanto ao substabelecimento e o substabelecido proceder culposamente.
  - D) pode ser pessoa maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipada.
19. Em relação ao contrato de prestação de serviço, sujeito aos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- A) A prestação do serviço não se poderá convencionar por mais de quatro anos.
  - B) Se o prestador de serviço for despedido sem justa causa, a outra parte será obrigada a pagar-lhe por inteiro a retribuição vencida, ficando dispensada de pagar a que lhe tocava de então ao termo legal do contrato.
  - C) Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a este a metade da importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante um ano.
  - D) Conta-se, no prazo do contrato, o tempo em que o prestador de serviço, por culpa sua, deixou de servir.



20. A Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que trata da recuperação judicial e da falência, é aplicável a
- A) instituições financeiras privadas.
  - B) instituições financeiras públicas.
  - C) empresas do ramo alimentício.
  - D) sociedades de economia mista.
21. Conforme dispõe a Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, nas disposições comuns à recuperação judicial e à falência, é correto afirmar que
- A) a distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial não previne a jurisdição para outro pedido idêntico, relativo ao mesmo devedor.
  - B) a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial interrompe o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, exceto aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
  - C) as despesas que os credores fizeram para tomar parte na recuperação judicial ou na falência não são exigíveis do devedor na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
  - D) as ações que venham a ser propostas contra o devedor deverão ser comunicadas ao juízo da falência ou da recuperação judicial pelos credores, independentemente da verificação periódica perante os cartórios de distribuição.
22. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser inicialmente estipulado por mais de
- A) dois anos.
  - B) um ano.
  - C) cento e vinte dias.
  - D) noventa dias.
23. Segundo determina a Constituição Federal, é assegurado aos trabalhadores domésticos
- A) repouso semanal remunerado.
  - B) adicional noturno.
  - C) salário-família.
  - D) recebimento de horas extras.
24. Sobre a reclamação trabalhista, é correto afirmar:
- A) A petição inicial deve ser apresentada por advogado.
  - B) A reclamação poderá ser escrita ou verbal.
  - C) O reclamado deverá comparecer pessoalmente às audiências.
  - D) As várias reclamações com identidade de matéria apresentadas por empregados da mesma empresa deverão ser cumuladas em um único processo.
25. Sobre os recursos no direito processual do trabalho, é correto afirmar:
- A) O prazo para a interposição do agravo de petição é de cinco dias.
  - B) Cabe recurso de revista para reexame de fatos e provas.
  - C) O agravo de petição será julgado pelo juízo de primeira instância.
  - D) Cabe recurso de revista quando a decisão recorrida for proferida com violação direta e literal à Constituição Federal.

26. Considerando que uma determinada norma legal contrarie uma norma da Constituição Federal no Brasil, é correto afirmar:
- A) Se a inconstitucionalidade da referida norma legal for reconhecida a partir do controle difuso de constitucionalidade, exercido pelo Supremo Tribunal Federal, essa decisão terá efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.
  - B) Se a norma legal for interpretada conforme a Constituição, sem redução de texto em Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada pelo Supremo Tribunal Federal, tal decisão não tem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
  - C) Se a norma legal for um ato normativo municipal, não pode ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por falta de previsão específica na Constituição Federal.
  - D) Se a apontada contrariedade à Constituição não for evidente, deve o órgão jurisdicional competente abster-se da declaração de inconstitucionalidade, segundo o princípio da presunção de constitucionalidade das leis.

27. Leia os princípios a seguir:

I	O exercício da atividade econômica vinculado à autorização pelos órgãos públicos
II	A propriedade privada, a livre concorrência e a defesa do consumidor
III	O tratamento favorecido para as empresas de grande porte constituídas sob as leis brasileiras
IV	A redução das desigualdades regionais e sociais

São princípios da ordem econômica os presentes em

- A) I e IV.
  - B) II e IV.
  - C) I e III.
  - D) II e III.
28. Considerando o atual regramento constitucional brasileiro, é correto afirmar:
- A) O direito de greve do servidor público é constitucionalmente assegurado e será exercido nos limites definidos em lei complementar.
  - B) É competência privativa da União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
  - C) O Estado pode intervir em seus Municípios se estes não houverem aplicado o mínimo exigido da receita municipal em ações e serviços públicos de saúde.
  - D) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de profissionais da saúde, salvo se de entes federativos distintos.

29. O Sistema Único de Saúde

- A) é financiado com recursos da seguridade social, da União, dos Estados e do Distrito Federal, excluindo-se a colaboração dos Municípios.
- B) deve fiscalizar e inspecionar alimentos, bebidas e águas para o consumo humano.
- C) deve colaborar na proteção do meio ambiente, exceto o do trabalho.
- D) admite a destinação de recursos públicos para auxiliar instituições privadas com fins lucrativos.

30. Quando as partes de uma causa forem uma instituição de previdência social e um segurado, pode-se afirmar:
- A) A causa só pode ser aforada na circunscrição judiciária em que for domiciliado o autor.
  - B) A causa é necessariamente processada e julgada na Justiça Federal comum.
  - C) Havendo decisão em primeira instância, tal decisão se sujeita a recurso de apelação sempre perante o Tribunal Regional Federal.
  - D) Sendo exemplo típico de controvérsia decorrente da relação de trabalho, a causa será de competência da Justiça do Trabalho.
31. Acerca do exercício das profissões de enfermagem, pode-se afirmar:
- A) É exigida a prova de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem como condição essencial para provimento de cargos e funções na Administração Pública, de pessoal de enfermagem, exceto para Parteiros.
  - B) Cabe, privativamente, ao técnico de enfermagem realizar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem.
  - C) Os Conselhos Regionais de Enfermagem podem aplicar a pena de cassação do direito ao exercício profissional, em se tratando de infração profissional de alta gravidade ou reiterada.
  - D) O Auxiliar de Enfermagem exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, podendo executar ações de tratamento simples em instituições de saúde pública, desde que sob orientação e supervisão de Enfermeiro.

32. Leia as afirmações a seguir acerca do Conselho Regional de Enfermagem.

I	Ele tem o dever de prestar contas ao Conselho Federal de Enfermagem, por estar a este subordinado hierarquicamente.
II	Seu presidente não pode ser destituído da função pelo Conselho Federal de Enfermagem, senão por decisão judicial.
III	Seu plenário poderá impedir o exercício de enfermagem que esteja colocando em risco a segurança ou a saúde dos usuários, através de interdição ética, independente de sindicância.
IV	Uma vez apresentada denúncia pelo cometimento de infração ética ou disciplinar ao Conselho, é ela irretroatável, salvo nos casos em que houver conciliação.

Estão corretas as afirmações

- A) II e IV.      B) I e IV.      C) I e III.      D) II e III.

33. As afirmações a seguir referem-se ao dever do profissional de enfermagem.

I	Revelar informações confidenciais de que tenha conhecimento em razão de seu exercício profissional a quaisquer pessoas, quando o fato seja de conhecimento público.
II	Comunicar ao Conselho Regional de Enfermagem fatos que possam prejudicar o exercício profissional.
III	Aceitar todos os encargos e atribuições que lhe forem determinados pela equipe médica.
IV	Delegar suas atividades privativas a qualquer outro membro da equipe de saúde, quando se considerar incapaz de desempenho seguro para outrem.

Segundo o Código de Ética dos profissionais de enfermagem, estão corretas as afirmações

- A) I e III.      C) II e IV.  
 B) I e IV.      D) I e II.

34. Em relação às normas que dispõem sobre as infrações e a imposição de penalidades a que se sujeitam os profissionais de enfermagem, pode-se afirmar:
- A) A censura consiste na admoestação ao infrator reservadamente e será registrada em prontuário, na presença de duas testemunhas.
  - B) A inobservância das normas dos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem é considerada infração ética.
  - C) Aproveitar-se da fragilidade da vítima e causar danos irreparáveis são consideradas circunstâncias agravantes.
  - D) Faculta-se livremente a qualquer profissional o direito de consultar autos de procedimento ético-disciplinar.

35. As afirmações a seguir referem-se à Seguridade Social.

I	Os Estados podem ser autorizados, mediante lei complementar, a legislar sobre questões específicas da seguridade social.
II	O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento não se aplica aos estrangeiros residentes no país, em face do princípio da seletividade.
III	Não integra o salário-de-contribuição a importância recebida a título de férias indenizadas e o respectivo terço constitucional.
IV	Não podem ser consideradas seguradas as pessoas naturais que exercem atividade sem remuneração e sem vínculo empregatício.

Estão corretas as afirmações

- A) I e IV.
  - B) I e III.
  - C) II e III.
  - D) II e IV.
36. Um homem foi empregado como enfermeiro de um hospital e devidamente inscrito como segurado junto ao INSS, perante o qual declarou a vontade de que seu enteado fosse equiparado a filho seu. Em relação a essa situação, é correto afirmar:
- A) O enteado pode ser reconhecido como dependente previdenciário, desde que a sua dependência econômica seja comprovada.
  - B) O hospital pode pagar a contribuição previdenciária descontada do enfermeiro contratado até o dia 15 do mês seguinte ao da competência.
  - C) Como o enfermeiro é segurado e beneficiário do sistema de previdência do INSS, não se lhe permite aderir a regime de previdência privada, concomitantemente.
  - D) Em decorrência da contraprestação de serviços, o benefício do salário-família é devido ao enfermeiro e pago diretamente pelo empregador.
37. A capacidade atribuída ao administrador público para distribuir funções e organizar as atividades administrativas é denominada
- A) poder regulamentar.
  - B) poder disciplinar.
  - C) poder hierárquico.
  - D) poder de polícia.

**38. As autarquias**

- A)** podem alienar seus bens, se afetados à prestação de serviços públicos.
- B)** são pessoas jurídicas de direito público, criadas e extinguíveis por decreto ou resolução.
- C)** não têm responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- D)** sujeitam-se a controle de quem as instituiu, apesar de possuírem autonomia administrativa e financeira.

**39. Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar:**

- A)** Podem ser extintos pelo cumprimento de seus efeitos e pela invalidação.
- B)** Devem ser escritos e motivados de maneira explícita, clara e congruente.
- C)** Sua finalidade não é vinculante, em face da discricionariedade do administrador em certos casos.
- D)** O suprimento de vício existente em ato administrativo ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado, não é admitido no Direito brasileiro.

**40. Considere as seguintes afirmações, relacionadas aos contratos administrativos.**

I	As cláusulas rescisórias dos contratos tipicamente administrativos são fixadas bilateralmente pelos contratantes.
II	A inexecução parcial de contrato administrativo, por particular, pode sujeitá-lo à sanção de impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
III	A concessão de serviço público é ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual a Administração transfere a outrem a execução de um serviço público.
IV	É inexigível a licitação para a contratação de estudos técnicos, de natureza singular, com empresas de notória especialização.

Estão corretas as afirmações

- A)** II e III.
- B)** II e IV.
- C)** I e III.
- D)** I e IV.